



Comissão do ESPORTE



Informativo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados ano 1 - nº 6 - Brasília, 24 de junho de 2015

Foto: Douglas Gomes / Liderança PRB



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

Dep. Hélio Leite; dep. Alexandre Valle; presidente da CESPO, dep. Márcio Marinho; Marco Polo Del Nero; Carlos Eugênio Lopes e Walter Feldman (da esq. p/ dir.) Marco Polo afirma que não está sendo investigado pelas atuais denúncias

Presidente da CBF diz que desconhece irregularidades e descarta renúncia

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados sabatinou no dia 9 de junho o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero, que foi convidado para prestar esclarecimentos aos parlamentares acerca das denúncias de corrupção envolvendo a Fifa e a CBF. O deputado Márcio Marinho presidiu toda a audiência.

Marco Polo Del Nero admitiu aos deputados da Comissão que as denúncias envolvendo a Fifa são graves e atingem um "velho companheiro", o ex-presidente da CBF, José Maria Marin. Mas ele afirma que é necessário aguardar o fim das investigações que estão sendo conduzidas nos Estados Unidos.

José Maria Marin e outros seis dirigentes da Fifa foram detidos pela polícia suíça a pedido de autoridades norte-americanas. Os cartolas são investigados pela Justiça dos EUA em um suposto esquema de corrupção.

Del Nero disse que até agora não teve acesso a nenhum documento e que não pode prejudicar uma pessoa sem o devido trâmite julgado. afirmou também que já determinou a entrega imediata de documentos pedidos pelo Ministério Público Federal e Ministério da Justiça do Brasil.

Questionado pelo deputado Altineu Côrtes (PR-RJ), que lembrou as manifestações do movimento Bom Senso Futebol Clube pela sua renúncia da presidência da CBF, Del Nero afirmou que "só renúncia quem faz coisa errada". Ele garantiu que vai cumprir o mandato "até o último dia". Ele tomou posse em abril deste ano para um man-

dato de quatro anos, até 2019.

Marco Polo Del Nero afirmou que não está sendo investigado pelas atuais denúncias que estão sendo apuradas pela Justiça norte-americana, envolvendo um suposto esquema de corrupção na Federação Internacional de Futebol (Fifa). Os contratos investigados não são da sua época como dirigente máximo da CBF, antes ele era vice-presidente, e acrescentou que, apesar de integrar o comitê da Fifa, jamais participou de negociações em torno da escolha de sedes de Copa do Mundo.

O dirigente da CBF se disse surpreso com as suspeitas levantadas em torno da escolha do Brasil como sede da Copa do ano passado, "já que o país era candidato único".

Perguntado pelo deputado Alexandre Valle (PRP-RJ) se abriria mão espontaneamente dos seus sigilos bancário, telefônico e fiscal, Del Nero afirmou que "deve ser cumprida a Constituição", ou seja, ele admite a quebra desses sigilos somente com determinação judicial.

Medidas de modernização

Marco Polo Del Nero se disse "surpreso" com a renúncia do presidente da Fifa, Joseph Blatter, e anunciou uma série de medidas para, segundo ele, garantir "avanços e modernidade" para o que chama de "nova CBF".

Algumas delas mudam o estatuto da entidade e dependem de aprovação na assembleia geral da entidade, marcada para 11 de junho, como é o caso do mandato de quatro anos para dirigentes esportivos,

permitida apenas uma reeleição.

As medidas citadas por Del Nero também incluem um novo modelo de governança, um código de conduta ética com foco na prevenção de fraude e corrupção, um novo sistema de registro de transferência de atletas e o recadastramento de atletas não profissionais.

Na defesa da renúncia de Del Nero, o deputado João Derly (PCdoB-RS) argumentou que o gesto seria importante para não afetar a seleção brasileira e para contribuir com a democratização do futebol.

Com informações da Agência Câmara

ESCALAÇÃO

Especialistas debatem o processo de despoluição da Baía de Guanabara [pág.2](#)

Dep. FÁBIO MITIDIERI participa do Ping-pong [pág. 2](#)

Ministério e entidades esportivas apoiam prorrogação da Lei de Incentivo ao esporte [pág. 3](#)

Artigo dep. AFONSO HAMM [pág.4](#)



facebook

facebook.com/comissaoesportecdd

Especialistas debatem o processo de despoluição da Baía de Guanabara

Foto: Zeza Ribeiro / Câmara dos Deputados



Com a palavra o presidente da APO, Marcelo Pedroso

As comissões do Esporte e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promoveram audiência pública para discutir a despoluição da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, onde serão realizadas as competições de vela nas Olimpíadas de 2016.

Participaram do debate o coordenador da Cooperação Técnica do Programa de Saneamento do Entorno da Baía de Guanabara da Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro, Guido Gelli; a gerente-geral de Sustentabilidade, Acessibilidade e Legado do Comitê Rio 2016, Tânia Braga; o presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), Marcelo Pedroso; e o biólogo Mário Moscatelli. O primeiro vice-presidente da CESPO, Alexandre Valle, presidiu toda a audiência.

Segundo o deputado Valadares Filho (PSB-SE), um dos idealizadores da reunião, quando

o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, o governo prometeu tratar 80% do esgoto que deságua na baía. No entanto, ressalta o parlamentar, o governo local já admitiu que a meta não será atingida.

Diante disso, acrescentou Valadares Filho, atletas e federações estrangeiras alertaram para o risco de os competidores contraírem doenças por causa da poluição e para o comprometimento das provas por detritos flutuantes. "A federação inglesa orientou seus atletas a ingerir vitaminas com o objetivo de minimizar os danos da poluição e também a carregar embalagens com enxaguante bucal durante o período de treinamento e competição", exemplificou.

O presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), Marcelo Pedroso, informou que o campo de prova já foi testado e passará por nova simulação em agosto. O principal desafio, disse Pedroso, é a obra na galeria de esgoto na raia da Marina da Glória, prevista para ser entregue em dezembro. Nas outras áreas, conforme o dirigente, o índice de qualidade da água é adequado.

Outra iniciativa que será feita é a remoção do lixo flutuante, complementou Pedroso. O coordenador do programa de saneamento da Baía de Guanabara, Guido Gelli, reforçou há pouco a urgência de se concluir as obras da galeria de cintura na Marina da Glória, a fim de impedir o lançamento de esgoto sem tratamento na região. A Marina da Glória é uma das raiais da competição de vela das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

O biólogo Mário Moscatelli nomeou de "grande latrina" a Baía de Guanabara e apontou o fracasso da gestão do plano de despoluição das águas. "Os rios não têm mais vida, pois se transformaram em valões de esgoto - 75% da baía estão comprometidos", alertou.

Moscatelli informou que a Estação da Alegria, a maior do programa de despoluição, só funciona parcialmente e os equipamentos estão abandonados. Além disso, para as águas, acrescentou o biólogo, escoo o esgoto do Canal do Cunha, da zona portuária de Niterói e da refinaria de Duque de Caxias. "Isso não é equívoco técnico, é má gestão de recursos públicos", concluiu.

Texto: Agência Câmara
Edição: Jordana Ribas

Deputado Fábio Mittidieri (PSD/SE)



Foto: Reynaldo Barbosa

2) O senhor é parlamentar pelo estado de Sergipe. Qual a realidade das políticas esportivas de seu estado?

Eu tive a oportunidade de ser Secretário de Esportes da capital do meu estado, Aracaju, e lá nós fizemos um trabalho de forma inversa. Nós criamos o Bolsa Atleta Aracaju, estimulando o alto rendimento, e com isso buscamos criar ídolos locais para que pudéssemos ter uma adesão de muito mais jovens em busca do esporte. Criamos escolinhas dentro do município de Aracaju, como de futebol, vôlei, artes marciais e outras modalidades. Criamos 22 programas da própria prefeitura de Aracaju, mas, no entanto a realidade do estado como um todo é que precisamos de programas e políticas públicas mais efetivas, que transcendam os gestores, que possam trazer os resultados de que Sergipe precisa. Não temos uma infraestrutura adequada, não temos ginásios suficientes nem na capital nem no interior e dessa forma não conseguimos trazer o desporto escolar para o centro do debate, o centro das atenções do nosso estado, e esse é o nosso objetivo, fazer com que o esporte seja encarado de uma forma mais relevante, até porque, como diz a Organização Mundial da Saúde, um dólar que você investe no esporte, você economiza três na saúde.

3) Com as atuais denúncias envolvendo a CBF e a FIFA, talvez seja o momento certo para o futebol sofrer uma renovação. O senhor é defensor do fim da reeleição para o cargo de presidente da CBF? Quais outras medidas o senhor acredita serem prioritárias?

Nós já votamos pelo fim da reeleição aqui, na política, e também defendo isso no futebol. Acho que o futebol tem de ter uma maior participação dos clubes e também dos atletas, pois são os atletas que fazem o espetáculo. Entendo que a divisão das receitas dos clubes de futebol tem de ser mais justa, que se priorize também os pequenos clubes para que não se tenham dois, três, quatro clubes no Brasil com a receita muito alta e os demais sofrendo por falta de verba, porque aí você tira a competitividade do futebol brasileiro. Creio que a CBF tem de ter regras mais claras e transparentes, para que a sociedade entenda como é gerida a instituição, e da mesma forma as eleições têm de ter uma metodologia simples, onde os clubes populares tenham uma representatividade maior, porque muitas vezes o destino da CBF, e no caso o futebol brasileiro e das federações estaduais é decidido por clubes amadores que não tem representatividade no futebol brasileiro.

PING-PONG

1) Qual a importância de debater o desporto escolar como uma das prioridades dentro do Plano Nacional do Desporto?

No meu entendimento a prática do desporto escolar é onde se inicia o esporte, a formação do jovem no mundo civilizado, onde você ajuda a formar um cidadão de bem. Nem toda criança que se inicia no desporto escolar vai se transformar em um atleta de ponta, mas, com certeza, vai virar um homem de bem que irá contribuir com a sociedade. No desporto escolar a criança aprende a lidar com a vitória e com a derrota, a dar muito mais valor à vida cotidiana, respeitando o próximo e enfrentando as adversidades de cabeça erguida.

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mittidieri (PSD/SE) Evandro Rogerio Roman (PSD/PR) José Rocha (PR/BA) João Derly (PCdoB/RS) Goulart (PSD/SP) José Airtton Cirilo (PT/CE) Weliton Prado (PT/MG) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ).

Ministério e entidades esportivas apoiam prorrogação da Lei de Incentivo ao esporte



Deputado João Derly preside mesa-redonda

Debatadores foram unânimes em apoiar a prorrogação da Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/06), em mesa-redonda da Comissão do Esporte que debate o tema nesta terça-feira (9). A lei permite a dedução, do Imposto de Renda, de doações e patrocínios de pessoas físicas e de empresas a projetos desportivos e paradesportivos. A vigência da lei se encerra no final deste ano.

A prorrogação deverá ser feita por meio de emenda à MP do Futebol (Medida Provisória 671/15), que trata de regras para a renegociação de dívidas dos clubes. A ideia é que essa prorrogação seja feita por tempo indeterminado.

A emenda foi apresentada pelos deputados João Derly (PCdoB-RS) e Hélio Leite (DEM-PA) e foi acatada pelo relator da MP, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), em relatório que poderá ser votado ainda hoje na comissão especial que analisa a medida.

O secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, Evandro da Silva, afirmou que o ministério apoia a prorrogação da lei por meio da emenda à MP. Segundo ele, desde 2007 esse incentivo gerou investimento de R\$ 1 bilhão no esporte. "Uma grande parte da lei de incentivo é utilizada para inclusão social", acrescentou a secretária executiva da Rede Esporte pela Mudança Social, Louise Bezerra.

O representante da Confederação Brasileira de Clubes (CBC), Arialdo Boscolo, também defendeu a prorrogação da lei por meio da MP e manifestou preocupação com a hipótese de a medida não ser votada pelo Congresso antes do recesso parlamentar e antes do fim da vigência da MP, em 18 de julho. Esportistas também manifestaram apoio à prorrogação, como o judoca e campeão olímpico brasileiro Rogério Sampaio.

Na audiência, alguns deputados defenderam a ampliação do incentivo previsto na lei. Hoje, as deduções são limitadas a 1% do imposto devido por empresas; e 6% do Imposto de Renda devido pela pessoa física.

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Márcio Marinho (PRB-BA), foi um dos que defenderam a ampliação desses percentuais. O parlamentar disse ainda que as informações sobre o mecanismo de incentivo precisam ser mais divulgadas nos estados. "Praticamente são sempre as mesmas empresas que fazem uso da lei", salientou.

O deputado Hélio Leite adiantou que vai apresentar destaque à MP do Futebol para permitir a dedução de até 3%.

Para o deputado Silvío Torres (PSDB-SP), cabe à Comissão batalhar por mais recursos para o Ministério do Esporte, inclusive para poder implementar a lei de incentivo.

O secretário Evandro da Silva afirmou que os cortes no orçamento do órgão não estão afetando a implementação da Lei de Incentivo ao Esporte. Segundo ele, R\$ 450 milhões do orçamento do Ministério foram disponibilizados para o mecanismo, mas apenas R\$ 250 milhões foram utilizados. "Os empresários, muitas vezes, não sabem e por isso não utilizam o benefício", disse.

Evandro informou que a pasta vai fazer palestras em todo o Brasil divulgando a lei, como pediram alguns deputados.

Texto: Agência Câmara

CESPO debate legislação trabalhista no futebol brasileiro

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Guilherme Augusto Caputo Bastos, afirmou em audiência pública na Comissão do Esporte, na tarde desta quarta-feira (10), que o país não tem uma legislação voltada para o direito do trabalho dentro do esporte. O debate foi proposto pelo deputado Andres Sanchez, que defende a melhoria das leis trabalhistas do futebol brasileiro.

Para Augusto Caputo, o que existe atualmente não é suficiente, pois não garante boas condições profissionais aos atletas. "A grande solução talvez esteja na negociação coletiva entre os interessados. Precisamos fixar condições de trabalho que são específicas e adequadas para cada função, para cada modalidade", defende o ministro.

O presidente da Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol, Rinaldo José Martorelli, afirma que é necessário buscar uma forma para que todos saiam satisfeitos. "Eu defendo o uso do direito de imagem; o problema é como ele vem sendo usado. E outra: se tá bom para o atleta, está bom para mim", disse.

Sobre o seguro obrigatório dos atletas, Rinaldo anunciou que a apólice específica para a categoria do futebol foi definida semana passada. É uma categoria que consegue contemplar a necessidade de muita gente. "Quanto à aposentadoria dos atletas, a Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol defende que o atleta tenha a possibilidade de, pelo menos por dois anos, ter um benefício de acordo com a sua contribuição, para que ele possa buscar outra atividade. Aposentar, não somos a favor, até por uma questão social", defende.

O deputado João Derly questionou o ministro Caputo sobre como devem ser feitas as alterações necessárias para a legislação dos atletas. Caputo defende que "a legislação para os atletas de futebol deve sair, a CLT deve ser esquecida e que haja a criação de uma lei específica, que atenda à regulamentação do esporte".

Comissão discute a valorização dos profissionais de educação física



O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) defendeu a formação superior dos profissionais de educação física em audiência pública realizada na manhã desta quinta-feira (11) na Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

O deputado Evandro Roman, autor do requerimento que propôs o debate, aponta que a educação física, profissão de relevante interesse social, finalmente vem sendo alvo de pesquisas que mensuram a influência socioeconômica e fornecem dados para regulação de setores. "Discutir a formação de mão de obra e atuação desses profissionais complementa o diagnóstico inicial para

que venhamos construir juntos o plano nacional do desporto", defendeu o deputado.

O presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, falou sobre a ausência da política nacional do esporte e aproveitou para parabenizar o trabalho que está sendo construído pela Subcomissão do Plano Nacional do Desporto. Jorge acredita que o profissional de educação física deve ser inserido na área da saúde a fim de promover vários benefícios à sociedade, colaborando na minimização de problemas com obesidade e sedentarismo.

A vice-presidente do CONFEF, Iguatemy Maria de Lucena Martins, apresentou um panorama da atual realidade da educação física no Brasil. O número de cursos de graduação na área aumentou em mais de 100% no período de, 2012-2015, e todos os estados brasileiros oferecem o curso. Porém Iguatemy manifestou uma importante preocupação com a qualidade desses cursos e a crescente oferta de curso superior de educação física à distância. "O conselho é contra o ensino à distância

para nível de graduação: não se aprendem técnicas de natação em modo virtual", disse.

O deputado João Derly, ex-judoca brasileiro, comentou a migração da licenciatura para o bacharelado em educação física. Iguatemy considera esses dados como um quadro pouco favorável para o país, mas o Conselho Federal vem atuando para reparar as distorções da ausência da atividade física como disciplina curricular nas escolas públicas.

A presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal, Cristina Queiroz Mazzini, falou sobre o papel fiscalizador que a instituição desenvolve junto com a vigilância sanitária nas academias do estado. De acordo com Cristina, 32% da população do DF frequenta academia.

O CONFEF apontou como pontos relevantes na elaboração do Plano Nacional do Desporto o reconhecimento da necessidade de formação, garantia de espaços de intervenção, valorização das competências profissionais e responsabilidade para com a população.

Em reunião deliberativa, a Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17 de junho, o requerimento do presidente do colegiado, Márcio Marinho, de audiência pública para debater a capoeira no Brasil. Em sua justificativa, o parlamentar destaca a importância da capoeira como patrimônio cultural brasileiro e sua disseminação como esporte, dança, cultura popular, lazer e meio de inserção social.

Outro requerimento aprovado, de autoria do deputado Evandro Roman, vai promover audiência pública para debates e ajustes sobre a importância dos conteúdos e da disciplina de educação física conduzida em todas as séries e em todos os níveis de ensino por professores licenciados em educação física e a adequação do Plano Nacional de Esportes a essa necessidade social.

Do deputado Arnaldo Jordy, foi aprovado o requerimento de apreciação de moção e a constituição de comitiva parlamentar representativa da Comissão do Esporte, em apoio às investigações que apuram o esquema de corrupção generalizada na Federação Internacional de Futebol.

Outro item presente na pauta da reunião foi o Projeto de Lei nº 7.063/14, que aumenta a pena de reclusão e de banimento dos estádios, em casos de tumulto e violência. O parecer pela aprovação do projeto, de autoria do deputado Danrlei de Deus Hinterholz, foi aprovado pelos membros da Comissão.

Audiências Públicas

30/06 – Aspectos Contábeis da Lei de Incentivo ao Esporte, ora em alteração nesta Casa, bem como ouvir sugestões e ideias para o seu aperfeiçoamento

01/07 – Debater com os representantes do Ministério do Esporte o Programa Bolsa-Atleta

07/07 – Debater a capoeira no Brasil

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>

Futebol brasileiro: agenda positiva



Deputado Afonso Hamm (PP/RS)

Foto: Vitor Júnior / Câmara dos Deputados

A importância social, cultural e econômica do futebol em nosso país é inegável. Componente relevante da identidade nacional brasileira, o futebol também atende a propósitos de inclusão social, melhoria na qualidade de vida, promoção econômica, desenvolvimento humano, além de ser elemento educativo para crianças e jovens.

As notórias dificuldades financeiras dos clubes profissionais de futebol constituem grave obstáculo para a plena promoção dos benefícios do mais popular esporte do Brasil. Há que se reconhecer que a Medida Provisória nº 671, de 2015, procura equacionar o crescente problema das dívidas fiscais das entidades desportivas, no entanto não contempla todos os debates em curso que visam o aperfeiçoamento do futebol. É imprescindível discutirmos a totalidade dos temas que envolvem esse esporte.

Nesse sentido, foi criada a Subcomissão Permanente do Futebol, que tenho a enorme honra e responsabilidade de presidir. Seu objetivo primordial é exatamente propor alternativas viáveis para o futebol brasileiro.

A Subcomissão divide-se em quatro eixos temáticos, visando o aprofundamento dos debates. O primeiro trata das questões trabalhistas, tributárias e previdenciárias do futebol. É essencial que os aspectos legais dessa modalidade sejam compreendidos e atualizados. O tema terá como relator o deputado Andres Sanchez.

O segundo eixo relaciona-se à segurança dos torcedores, à ocupação dos estádios e arenas e aos lamentáveis episódios de violência que

ocorrem nesses espaços esportivos. Considerando que a segurança é o principal fator que inibe a maior presença de famílias em partidas de futebol, precisamos estabelecer estratégias para envolver maior público e viabilizarmos a otimização do uso de nossas infraestruturas esportivas. O tema será trabalhado pelo deputado Roberto Góes.

Outro debate será voltado à formação dos atletas, tópico que compreende aspectos mais amplos, como saúde e inclusão social. A relatoria está a cargo do deputado José Rocha. Por fim, o quarto e último eixo pretende debater o calendário do futebol brasileiro, que precisa ser reorganizado. O tema será conduzido pelo deputado Marcelo Aro.

A fim de viabilizar essas iniciativas, propusemos a realização de audiências públicas, seminários e mesas-redondas. Também pretendemos realizar o Fórum Legislativo do Futebol. Outros temas serão inseridos, como a maior participação dos atletas e clubes nas decisões do futebol brasileiro; o papel dos clubes, empresários e agentes de futebol; o atual funcionamento da Justiça Desportiva no Brasil; e o futuro das mídias no futebol brasileiro.

Estou absolutamente convencido de que apenas o debate organizado e fundamentado no conhecimento de especialistas no tema e de representantes da sociedade civil pode estruturar ideias, planos, estratégias de atuação e projetos de lei que possam aprimorar, de forma ampla e perene, esse patrimônio de todos os brasileiros, que é o futebol.